



# Um ilustre monçanense na Capitania do Ouro: o intendente e desembargador José João Teixeira Coelho\* Caio C. Boschi

## O Homem

Pela sua condição de vila fronteiriça, a aprazível Monção desde sempre foi e é terra natal de militares, cujas carreiras e performances se fizeram tanto em Portugal Continental como no Ultramar. Nessa perspectiva, recordo, fixando-me tão-somente no século XVIII, período que aqui será considerado e tendo em conta apenas a América Portuguesa, a ação e a intensa participação de Gonçalo Pereira Lobato de Sousa e de seus filhos Gonçalo José Pereira Caldas e João Pereira Caldas, de tradicionalíssima família monçanense, na conquista e governação da Amazônia. O brigadeiro Lobato e Sousa, senhor da Casa e morgado

---

\* Texto da palestra proferida na Casa Museu de Monção, em 15 de Outubro de 2005, no âmbito do Ciclo de Conferências *Figuras e temas de Monção e Alto Minho*, baseada em pesquisa em andamento.

de Sende, foi governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e colaborador decisivo na fixação dos limites territoriais do Norte da América Portuguesa. Seu filho João Pereira Caldas, homólogo do avô, tornar-se-ia governador do Piauí e, posteriormente, do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Lembranças incontornáveis, contudo incompletas. Na realidade, sem desdouro por outras carreiras nas quais os monçanenses tiveram e têm papel de relevo, irei restringir-me a uma delas: a magistratura. Dentro desse universo, quero destacar o nome de José João Teixeira ou, se quiserem, José João Teixeira Coelho, pelo qual se tornou conhecido.

José João nasceu em Monção, mais exatamente na Quinta das Lavadeiras, em 6 de Dezembro de 1731. Tanto do lado paterno, quanto do materno, seus familiares eram igualmente monçanenses: sua mãe, Francisca dos Santos Ferreira; os pais dela, Francisco Rodrigues dos Santos e Isabel Ferreira e Passos; e, seus avós paternos, Lourenço Esteves e Madalena Teixeira.

Seu pai, Pedro Esteves Teixeira, não sendo individualidade de grandes posses, gozava de relevante prestígio na vila. Após licenciar-se em Leis na Universidade de Coimbra, retornou à sua terra natal, onde exerceu a advocacia. Integrou, por diversas legislaturas, a Câmara Municipal, bem como notabilizou-se pela participação nas atividades da Misericórdia local, na qualidade de provedor, escrivão e irmão de mesa, até sua morte, em Julho de 1750. Juntamente com o citado Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, em representação do benemérito coronel Manuel Marinho de Castro, participou dos entendimentos que resultaram na fixação dos oratorianos em Monção.

José José seguiu a trajetória acadêmica do pai. Assim é que, entre 1747 e Julho de 1754, fez seus estudos em Coimbra, inicialmente como *estudante legista*, transferindo-se de curso e licenciando-se em Cânones.

A primeira formatura, em Junho de 1752, levou-o de volta a Monção, onde, a seguir, encontramo-lo a exercer a advocacia, atividade cuja militância ele estendia a Viana de Lima.

Tudo leva a crer que essa foi etapa transitória e necessária para que, em Setembro de 1754, viesse a solicitar ao Desembargo do Paço sua habilitação

a um *Lugar de Letras*, pleito que lhe foi despachado favoravelmente quatro meses depois.

De qualquer das maneiras, José João ainda aguardaria algum tempo até que fosse nomeado para iniciar-se em uma função pública em âmbito nacional. Entretanto, permanecia em Monção, seja administrando a propriedade extramuros à vila onde nascera e que herdara do pai, seja colaborando na Misericórdia, na condição de irmão e de escrivão (1758-1760), seja, ainda, desempenhando, mais de uma vez, as funções de almotacé.

Designado pela Casa de Bragança, em Agosto de 1762 assumiu o cargo de juiz de fora de Vila do Conde, exercendo, por completo, o triênio inerente àquela magistratura.

Nessas atividades, Teixeira deu notórias provas de zelo e cuidado para com a *res publica*. Dois anos após ter cessado tais atividades, isto é, em Outubro de 1767, foi nomeado para o importante cargo de Intendente do Ouro de Vila Rica. Certamente que a experiência adquirida em Vila do Conde iria valer-lhe nas suas novas incumbências profissionais. Contudo, caberia conjecturar quais as *forças* e as relações pessoais que teriam prevalecido naquelas circunstâncias, de modo a guindá-lo a um cargo tão prestigioso e cobiçado. Afinal, essa designação fazia de Teixeira uma das figuras-chave da administração ultramarina portuguesa, se tivermos em conta a importância nuclear, na altura, da capitania de Minas Gerais, nomeadamente pelo ouro nela extraído e sabendo-se que a tributação ficava confiada às intendências. Teixeira fora indicado exatamente para a mais importante dessas repartições, a que se situava na capital da capitania, a atual Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto.

Cabe destacar que outro magistrado monçanense de boa cepa, duas décadas antes, tivera singular atuação naquelas paragens. Refiro-me a Sancho de Andrade Magalhães Castro e Lanções, filho de Antonio Gonçalves Rabelo e de D. Luísa de Lanções e Andrade, que, após ter sido juiz de fora na cidade de Faro, exerceu o cargo de intendente da capitação dos diamantes na comarca de Serro do Frio (1750-1753).

Teixeira Coelho zarpou de Lisboa em Fevereiro de 1768 e foi empossado nas suas novas funções em 16 de Julho daquele ano. Como de costume, o mandato

do cargo para o qual fora designado era de três anos. Teixeira nele permaneceu por onze anos, situação que, por si, já evidencia a qualidade dos serviços por ele ali prestados. Nesse ínterim, não apenas foi, formalmente, reconduzido ao cargo, como também, em Setembro de 1772, tornou-se, cumulativamente, desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, corte onde não consta ter atuado. Mencione-se que, dois anos antes (inícios de 1770), a ele foi concedido o Hábito de Cristo, no grau de cavaleiro, com padrão de tença.

Em fins de 1778, José João Teixeira recebeu a notícia da nomeação de Bernardino José de Sena Freitas como seu substituto na Intendência. Em Fevereiro do ano seguinte, com a chegada de Sena Freitas a Vila Rica, Teixeira deslocava-se para o Rio de Janeiro, de onde seguiu para Lisboa.

De volta a Portugal, ainda naquele ano, precisamente em novembro, a rainha D. Maria I nomeou-o desembargador da Relação do Porto, funções nas quais ele logo se investiu. E, pelos vistos, desempenhou-as com a dedicação e a competência de sempre, pois, em Maio de 1783, foi-lhe atribuído, cumulativamente, o cargo de ouvidor do crime.

Na capital nortenha, Teixeira conviveu de perto com outro monçanense ilustre: ninguém menos do que o todo-poderoso João de Almada e Melo. É presumível que Almada lhe tenha reconhecido os méritos e que, muito possivelmente, intercedeu a seu favor ao longo de sua trajetória, em especial, nesses últimos tempos. Seja como for, Teixeira sobreviveu a Almada. Exatos dois anos; eis que a morte alcançou-o, no Porto, no exercício de suas funções, em fins de 1788, às vésperas de completar 57 anos.

O registro de seu falecimento é por demais lacônico. Declara que o desembargador não deixou testamento. Por meio dele é que tomei conhecimento do nome de sua mulher, Maria Marcelina Bárbara de Almeida e Albuquerque. Não há referência a filhos, embora já me seja dado saber da existência de, pelo menos, um. Faltam dados. Sobram e se avolumam indagações.

## A obra

É lugar-comum constatarem-se significativas lacunas no que diz à produção científica na área de História Político-Institucional do império português nos Tempos Modernos. Felizmente, em nossos dias, não têm sido poucos, nem despidiendos os esforços no sentido de alterar esse quadro. Temas e objetos vêm sendo retomados e reanalisados. Novos eixos interpretativos vão emergindo, dentre os quais quero aqui relevar aquele que privilegia a análise das especificidades e do exercício dos cargos, bem como da estrutura e do funcionamento dos órgãos administrativos. Quanto à primeira vertente, as atenções dos pesquisadores voltam-se para o estudo prosopográfico e para a atuação dos vice-reis, governadores-gerais e governadores de capitanias. Quanto à segunda, a produção ainda se mostra incipiente, mas promissora.

Nesse contexto é que me parece fundamental salientar a necessidade de se oferecer o mais amplo conhecimento da obra de José João Teixeira Coelho. Ainda que sua contribuição para os estudos históricos não se limite à aclamada *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, o intendente e desembargador se notabilizou por ela.

Este documento, cujas versões manuscritas compreendem em torno de duas centenas de páginas, teria sido divulgado em 1780, a se confiar na data sempre estampada nas folhas de rosto daqueles livros-códices. Ou seja, a obra foi publicizada pouco depois de Teixeira Coelho instalar-se no Porto. Não é difícil e nem inadequado supor que o autor já se dedicava ao trabalho antes de assumir seu novo e derradeiro cargo na magistratura. A massa informativa, referenciada de maneira a mais pormenorizada possível, induz-nos a pensar que, ainda nas Minas Gerais, ele não só compilara os documentos, como iniciara a redação da obra.

Mencione-se, no entanto, que a coleta dos dados não foi tarefa realizada atabalhoadamente e com tempo restrito. Ao contrário. Como Teixeira Coelho anuncia no *Discurso Preliminar da Instrução*, "a experiência de onze anos em que residi na capitania de Minas Gerais, viajando pelas terras principais dela e servindo com três governadores, foi que me deu a conhecer" as dificuldades

que estes administradores tinham para tomar se inteirar dos *sucessos antigos*, das *ordens* e dos *negócios* da Capitania, situação que “faz infelizes os povos e prejudica os reais interesses”<sup>1</sup>.

E, continua o desembargador:

“Estes conhecimentos me inflamaram o espírito e me encheram de um zelo ardente pelo bem do Estado. Deixei a populosa estrada por onde os mercenários correm atrás dos seus interesses e abri um caminho novo, que nunca foi trilhado, para levantar sobre as ruínas da ignorância um monumento que ilustrasse os governadores futuros.

Primeiramente compus, no espaço de dois anos, uma coleção das ordens que, desde o ano de 1700 até o de 1774, se dirigiram aquele governo, substanciando-as e dividindo-as com clareza em separados e respectivos títulos e tirando as determinações reais da obscuridade em que até então haviam existido.

Acabada finalmente a dita coleção, passei a examinar, com trabalho grande, mais de cem livros antigos e modernos nos arquivos confusos da Secretaria do Governo, da Contadoria da Real Fazenda e da Intendência de Vila Rica; entrei logo a combinar as ordens e aprofundar as matérias, indagando-as desde a sua origem e fazendo sobre cada uma delas as minhas reflexões, a vista de documentos autênticos e notícias puras. Munidos destes socorros, formei o plano desta obra, (...)”<sup>2</sup>.

A **Instrução** compõe-se de vinte e seis capítulos. Inicia-se com uma *Breve descrição corográfica da Capitania de Minas Gerais*, a que se seguem quatro capítulos concernentes às comarcas em que se dividia administrativamente a região. *Reflexões* sobre o estado político e sobre o estado eclesiástico da capitania antecedem à narrativa e à análise da História das Minas Gerais, desde o tempo dos primeiros achados de ouro até os meses que precederam à partida de Teixeira Coelho para o Reino.

As partes mais substanciosas, isto é, do capítulo 12 em diante, tratam de aspectos de natureza tributário-fiscal, onde, de um lado, são estudadas criteriosamente a adoção e as formas de cobrança dos impostos; de outro, são expostas as críticas do autor, bem como suas sugestões para se proceder a mudanças no sistema arrecadador.

A **Instrução** se encerra com capítulos dedicados ao estudo das pedras preciosas exploradas na capitania, das sesmarias, dos engenhos de açúcar, das tropas Paga e Auxiliar e de questões relacionadas à falta de polícia e a desordem no juizado dos Órfãos e Ausentes das Minas Gerais.

Como se nota pelos temas-objetos abordados na **Instrução** e, sobretudo, quando se tem em conta a ocasião em que foi redigida, percebe-se a sua forte afinidade com trabalhos análogos produzidos naquele período, de que as *Memórias*, especialmente aquelas divulgadas sob a égide da recém inaugurada Academia Real de Ciências (em Lisboa), por certo, são as mais expressivas e conhecidas.

A **Instrução** não foi publicada na altura. Somente ganhou forma impressa setenta anos depois, em 1852, quando foi veiculada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu teor e importância seriam realçados por Francisco Adolfo de Varnhagen, nome maior da historiografia brasileira do século XIX e autor pouco afeito a conferir encômios a obras alheias. A respeito da **Instrução**, o futuro visconde de Porto Seguro dizia ser ela “modelo, no seu gênero, pelo bom senso do autor, pelas muitas notícias que dá, com bastante crítica, e principalmente pela muita independência com que ajuíza”<sup>3</sup>.

A elogiosa avaliação não ficou restrita a Varnhagen. O idênticamente severo José Honório Rodrigues desmancha-se em louvores à obra do desembargador portuense afirmando, dentre outras assertivas, que se trata do “primeiro grande trabalho sobre administração colonial (...), uma verdadeira enciclopédia sobre as Minas no seu primeiro século. Ela contém tudo que se busque...”<sup>4</sup>.

Apesar desse reconhecimento, a **Instrução** tem sido pouco divulgada. Afora a citada edição de 1852, conhecem-se apenas outras duas: a que se encontra reproduzida no volume 8 (ano: 1903) da Revista do Arquivo Público Mineiro e a que foi impressa, a primeira em volume próprio, pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, como número inaugural da sua Coleção Mineiriana (1994).

Até agora supunha-se a existência de dois manuscritos do documento. Minhas investigações já me propiciaram o acesso e a consulta a outros cinco, o que me permitirá, muito em breve, publicar nova versão da **Instrução**, a que pretendo aduzir estudos crítico e biográfico.

Em Portugal, praticamente se desconhece quer a obra, quer o autor. Não se encontram alusões à **Instrução**, sequer em trabalhos acadêmicos respeitantes ao Brasil Colonial, particularmente aqueles dedicados ao século XVIII. Quanto a Teixeira Coelho, os raros registros que sobre ele são veiculados merecem reparos, como o que está inserido, em duas ou três linhas, na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, onde se lê que Teixeira Coelho “parece que esteve no Brasil”<sup>5</sup>.

Por outro lado, o intendente e desembargador é personagem que teima em esconder-se das investidas e das investigações a seu respeito. São escassas e fragmentadas as informações sobre a sua vida. Obter dados biográficos sobre José João Teixeira Coelho, reitero, não é, não tem sido, para mim, tarefa das mais suaves. No entanto, reconheço que tal (des)ventura se me infunde de maneira aliciante, estimulando-me e ensinando-me, a toda hora, a percorrer insidiosos caminhos na busca de informações sobre essa importante *figura*.

Os registros estampados nas versões editadas da **Instrução** resumem-se a citar a condição de o autor ter sido magistrado no Porto, em 1780, e, naturalmente, sua passagem pela Intendência do Ouro em Vila Rica. Vez por outra, aflora mera indicação do seu exercício profissional como juiz de fora em Vila do Conde. E só. Nenhuma menção às suas origens, ao seu local de nascimento, à sua família, à sua formação acadêmica, ao seu percurso pessoal e profissional após 1780.

A tentativa de suprimir essas omissões, repito, não tem sido fácil. A começar pelo fato, não inusitado para a época, de que o apelido Teixeira Coelho só foi por ele utilizado ao se instalar no Porto. E não com regularidade. Assim, a procura de maior e melhor (re)conhecimento se deve fazer a partir do nome José João Teixeira. Ou Teixeira Barros, como exarado nos documentos do Arquivo Histórico da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, para onde dirigi minhas atenções, a fim de inteirar-me mais apuradamente sobre a designação para o cargo e para o desempenho judicante que Teixeira teve em Vila do Conde.

Arquivos eclesiásticos, cartoriais e administrativos de Ouro Preto e de Belo Horizonte; acervos documentais da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro; fundos da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico Ultramarino,



das bibliotecas do Palácio Nacional da Ajuda e da Academia das Ciências, em Lisboa; os arquivos da Universidade de Coimbra, da Câmara Municipal de Vila do Conde, os Distritais de Viana do Castelo e de Braga e o Municipal de Monção foram e têm sido espaços e celeiros que sulco na prazerosa procura de ampliar as informações até agora alcançadas. Percalços e mistérios que instigam a continuidade das investigações em torno deste renomado monçanense.

## Notas

<sup>1</sup> COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Introd. Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 55.

<sup>2</sup> Idem, *ibid*, p. 55-56.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. t. 4, p. 277.

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: Historiografia Colonial*, 1.ª Parte. São Paulo: Nacional, 1979. (Brasiliana, Grande Formato, 21) Cap. 2, p. 170-171.

<sup>5</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s. d., v. 7, p. 52.